



Ricardo Amorim: O principal fator que explica a pobreza americana não é racial ou demográfico, mas educacional, deficiência que alcança a imensa maioria dos pobres

Amorim tem outra opinião. “Como a experiência brasileira atual deixa bem claro, um Estado maior aumenta o potencial de corrupção, cobrando impostos elevados, reduzindo a competitividade do setor privado e sua capacidade de gerar empregos. Nada é mais efetivo contra a pobreza do que o crescimento econômico e geração de empregos. No entanto, acho que Schroeder tem razão ao propor políticas que reduzam a desigualdade, com investimento pesado em saúde e educação básicas. Em outras palavras, os governos não deveriam aumentar impostos e gastar mais, mas priorizar melhor seus gastos. No caso dos EUA, o que abriria espaço para mais gastos sociais seria uma redução nos gastos militares. No caso brasileiro, que já possui a mais pesada

carga tributária entre os chamados países emergentes, seria preciso reduzir os gastos com a previdência social e com os salários do funcionalismo público.”

Para utilizar novamente uma expressão cara a Barbara Ehrenreich, o fim da “invisibilidade da pobreza americana”, causado pelo terrível Katrina, poderá trazer alguma lição para o combate à miséria no Brasil? Amorim acha que não. “É muito complicado comparar políticas entre países com graus de desenvolvimento e disponibilidade financeira tão disparem quanto Brasil e EUA. Mas é possível comparar as políticas do governo Bush com as de outros habitantes da Casa Branca. E desde a independência americana, nunca antes a pobreza cresceu por tanto tempo como nos anos Bush.”

Crescer é bom, redistribuir é preciso

Marcelo Medeiros
Para o Valor

O desafio de erradicar a pobreza no Brasil é urgente e tem ocupado espaço importante na agenda política brasileira. Ao lado deste desafio existe um outro, talvez ainda maior, o de reduzir as desigualdades. Conforme mostrou o Relatório de Desenvolvimento Humano 2005 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado dias atrás, o Brasil continua sendo um dos países com distribuição de renda mais desigual. Essa disparidade tem uma característica marcante: a população é formada por uma massa homogênea de pessoas de baixa renda que se distingue de uma pequena, porém relativamente rica, elite.

Pobreza e desigualdade são fenômenos relacionados e todos já sabem que uma redução expressiva na desigualdade brasileira seria suficiente para erradicar completamente a pobreza entre nós. Todavia, a meta de reduzir expressivamente as desigualdades em um prazo razoável, de uma ou duas décadas, não se coloca apenas por uma questão de justiça. Com menos desigualdade, provavelmente teríamos um mercado consumidor interno mais amplo, o que deixaria a expansão da economia menos dependente de exportações. Maior autonomia em relação ao mercado internacional se traduz em mais flexibilidade na política monetária para a diminuição das taxas de juros, o que aumenta as chances de promoção de um círculo virtuoso de crescimento. Em poucas palavras, igualdade, se bem administrada, pode ser motor para o crescimento.

Reduzir a desigualdade não é tarefa fácil e dificilmente haverá uma solução única. Mas é possível analisar algumas alternativas, como mudanças no sistema previdenciário, crescimento econômico pró-pobre, massificação da educação e implementação de mecanismos de redistribuições diretas da renda. Nem todas, porém, são promissoras em um horizonte de vinte anos.

Aposentadorias e pensões são a segunda fonte de renda mais importante para a população brasileira. Além disso, a principal rubrica entre gastos sociais brasileiros é o sistema previdenciário. A maior parte das remunerações previdenciárias é feita em função do valor de contribuições anteriores. Logo, a previdência tende a reproduzir desigualdades preexistentes no mercado de tra-

balho. Como em muitos outros países, nosso sistema é organizado de tal modo que mulheres e negros discriminados no mercado de trabalho, por exemplo, contribuem menos porque têm salários menores, o que fará que recebam menos ao se aposentarem.

Não há dúvida de que existe concentração no sistema previdenciário e que esta deve ser corrigida, mas esse não é o principal componente da desigualdade no Brasil. Mudanças na forma como os recursos previdenciários são distribuídos podem ter impactos fortes sobre a pobreza, mas seu efeito sobre a desigualdade seria mais limitado. Se as rendas de aposentadorias e pensões fossem igualmente distribuídas entre os beneficiários, a desigualdade seria reduzida, mas de forma limitada. Logo, não se deve esperar muito de novas reformas previdenciárias, por mais importantes que possam ser.

A segunda alternativa é promover o crescimento pró-pobre, isto é, um tipo de crescimento da economia em que os pobres ganham mais do que os ricos. Esta alternativa sempre soa bem, pois permite que muitos ganhem sem que ninguém perca. Crescimento é ótimo, crescimento pró-pobre é ainda melhor, mas não devemos ser irrealistas. Cálculos recentes do Centro Internacional de Pobreza das Nações Unidas mostram que o crescimento, na maioria dos países, não é pró-pobre. E ainda seríamos um dos países mais desiguais, mesmo que nos últimos dez anos a taxa de crescimento do terço mais pobre da população tivesse sido o dobro da observada no terço mais rico.

Aquilo que chamamos rendimentos do trabalho — isto é, salários, pró-labores, rendas dos trabalhadores autônomos etc. — é o principal componente da desigualdade entre as famílias brasileiras. Mesmo no topo da pirâmide social, os rendimentos do trabalho respondem, em média, por mais de três quartos dos rendimentos das famílias. Importante determinante das desigualdades no mercado de trabalho são os diferenciais educacionais. Portanto, reduzi-los é essencial para diminuir as desigualdades de renda das famílias.

Para isso, temos que massificar a educação, o que significa assegurar pelo menos ensino médio de qualidade a todos. Pelo menos, porque, a depender da demora para que essa transformação ocorra e de como se comportar a economia brasileira nesse intervalo, a massificação do ensino superior pode passar de desejável a necessária. Escolarizar uma população de baixa renda em idade de trabalhar pode exigir mais do que a simples expansão da capacidade do sistema de ensino. É necessário criar mecanismos que impeçam que os alunos deixem a escola para trabalhar em tempo integral. Isso im-



plica aumentar gastos com educação — o que pressiona as contas públicas.

A massificação da educação parece ser condição necessária, mas não suficiente para a redução das desigualdades no mercado de trabalho. A estrutura de ocupações precisa ser modificada, para absorver essa mão-de-obra mais qualificada. Caso contrário, teremos pessoas educadas sem emprego ou ocupando postos de trabalho de produtividade muito baixa. Essa modificação envolve um tipo de crescimento particular da economia, um crescimento que gere uma demanda intensiva por mão-de-obra, algo que soa pretensioso em um momento em que o país luta para ter qualquer tipo de crescimento estável.

O atraso educacional do Brasil em relação a outros países é óbvio e a massificação da educação é algo urgente. Mesmo, porém, que todos esses problemas do sistema de ensino fossem resolvidos, restaria uma barreira praticamente intransponível, a do tempo. Para um país, educação é um investimento de longo prazo de maturação. Para que o aumento da qualificação dos trabalhadores provoque reduções nos níveis de desigualdade, são necessárias décadas. Só a conclusão do ensino médio em um sistema educacional sem evasão ou repetência já leva 11 anos. Até que as futuras gerações de jovens bem educados substituam os atuais trabalhadores adultos e sejam maioria no mercado, serão necessárias várias décadas. Enquanto isso, alguma outra solução precisa ser apresentada.

Até aqui, nenhuma das alternativas parece satisfatória, o que significa que, para enfrentar desigualdade em um prazo razoável, teremos que realizar “redistribuições de rendimentos em larga escala. Não é sem razão que a simples menção à palavra causa irritação nas elites: uma redistribuição justa implica transferir recursos de um grupo da sociedade, os mais ricos, a outro grupo, que tem muito pouco, os pobres.

É claro que é mais simples falar do que fazer redistribuições. Transferências desse tipo enfrentam vários tipos de barreiras. As elites econômicas e as elites políticas se confundem; portanto, é de esperar resistência dentro do próprio Estado a esse tipo de política. Além disso, a simples redistribuição a la Robin Hood pode ser irresponsável, por afetar os incentivos à produção e ter efeitos negativos para toda a sociedade. Não é, porém, porque são difíceis de fazer que redistribuições devem ser evitadas. O que nossos conhecimentos sobre a economia mostram é que, se quisermos realmente enfrentar o desafio da desigualdade e reduzir o profundo fosso que separa os pobres dos ricos no Brasil, redistribuições serão uma medida necessária.

Marcelo Medeiros, economista e sociólogo, é coordenador do Ipea no Centro Internacional de Pobreza do Pnud. Será publicado em breve, pela Hucitec, livro de sua autoria sobre desigualdade social, sob a ótica dos fatores que determinam a formação de elites econômicas. ■

Também no Brasil a educação é importante para reduzir a pobreza, mas demora para se chegar lá; daí a importância de políticas para redistribuir renda